

APRESENTAÇÃO

O presente volume da revista *Diálogo Jurídico* é um compêndio de artigos resultado dos ciclos de diálogos de pesquisa, com a participação dos professores do Centro Universitário Farias Brito, envolvidos com a produção da pesquisa e da docência. Os ciclos, que ocorreram durante todo o ano de 2017, é um esforço da Coordenação do Programa de Pesquisa Jurídica em divulgar e visibilizar os trabalhos entre os alunos de graduação e a comunidade acadêmica de modo geral.

Atualmente, as questões emergentes no estudo jurídico tem encontrado cada vez mais ressonâncias na interdisciplinaridade com áreas de conhecimentos afins advindo da História, da Sociologia, das áreas tecnológicas, entre outras. Advém de uma realidade diversa da vida social e a produção de sentidos que dela é possível fazer. O Direito como ciência e como instrumento de regulação da vida social vem encontrando respostas que precisam ser compartilhadas e discutidas com a comunidade acadêmica.

A política pública, como ação do Estado para a efetivação dos direitos, a relação entre direito e sustentabilidade e as novas tecnologias como eficiência da prestação da tutela jurisdicional e, conseqüentemente, o cumprimento da justiça são os eixos que ligam os artigos desse volume, fruto de um projeto interdisciplinar que abre as portas para pensar o Direito contemporâneo.

O artigo **A proteção jurídica do investimento privado pela via da reconstrução do direito processual empresarial**, escrito pelos professores João Rafael Furtado e Rosa Julia Plá Coelho, revisita aos pressupostos teóricos do Direito Empresarial brasileiro, abordando nessa linha como os agentes econômicos necessitam contar com um ambiente propício que decorre não somente dos princípios do próprio Direito de regência, mas que encontram a sua inspiração no contexto social e nas políticas econômicas postas em prática pelo Estado. Os autores ressaltam a importância do Processo Empresarial para segurança das relações comerciais, o respeito à lei e a sua efetividade para as soluções de litígios na seara do direito comercial.

Na direção dos estudos sobre políticas pública, os professores Alexandre Carneiro de Souza, Helena Stela Sampaio e Lídia Valesca Pimentel colaboram com o artigo **Políticas públicas, fundamento e finalidades - Breve incursão** que nos traz o resultado do debate com o grupo de docência “Direito e Política Pública”, um estudo sobre as políticas públicas, circunscrevendo ao objeto de seus fundamentos epistemológicos, orientado para o problema da fundamentação, em vista de possíveis respostas às inquiuições relativas à natureza e à estruturação do problema em análise. Os autores realizaram incursões acerca do caráter público da política, o problema fenomenológico das políticas públicas e suas relações com o Estado, os limites do Estado no âmbito das políticas públicas e a relação entre público de políticas públicas e gestão de políticas públicas. O texto finalmente propõe a categoria políticas públicas como paradigma capaz de aferir retrocessos e avanços do desenvolvimento humano dos povos.

O artigo **Nacionalidade, Direito e planejamento educacional no Ceará (1963-1970)**, escrito por Mardonio Guedes, Lidia Andrade Lourinho e Fernanda Dernadim, foi fruto de um debate sobre a História da educação no Ceará e a garantia do direito fundamental à educação. Nesse artigo, os autores

buscam compreender a relação existente entre planejamento educacional e a construção dos discursos sobre nacionalidade e direito à educação no Ceará, entre os anos de 1963 a 1970, época que vigorou a ditadura militar no Brasil e o modo como o direito à educação era tratada pelos agentes públicos da época. A partir de um estudo minucioso dos acervos históricos, o trabalho traz à baila inúmeras correspondências de indivíduos que descrevem a problemática cotidiana do acesso à educação.

A sustentabilidade jurídica, tema emergente nos estudos da ciência jurídica, aparece nesse compêndio no artigo **A sustentabilidade como noção constitucional que norteia o ordenamento jurídico e o sistema econômico**, escrito por Lidia Andrade Lourinho, Rosa Julia Plá e Rodrigo Uchoa. No artigo, o termo “sustentabilidade”, quase sempre pronunciado quando se menciona o meio ambiente, é compreendido para além do discurso ambiental, ampliando como princípio constitucional, interdisciplinar e social. Os autores discutem a compreensão jurídica da sustentabilidade numa perspectiva da noção constitucional que norteia o ordenamento jurídico, a partir de uma abordagem sistêmica da noção de justiça.

O artigo **Políticas públicas e população em situação de rua: Os limites e as possibilidades de efetivação dos direitos no município de Fortaleza**, escrito por Alexandre Carneiro, Lidia Andrade Lourinho e Lidia Valesca Pimentel, aborda umas das expressões mais extremas da questão social na contemporaneidade, a saber, a relação entre Políticas Públicas e a pessoa em situação de rua. Constituída por sujeitos que vivem em extrema precariedade social e violações de sua dignidade como pessoa humana. O trabalho focou a implementação a partir do decreto lei 7.053, que instituiu as bases de uma política pública para essa população, apresentando um panorama acerca da Política Nacional para População em Situação de Rua e das normativas legais que lhe configuram, bem como sua efetividade no contexto da cidade de Fortaleza.

O trabalho **Novas Tecnologias e Eficiência da Prestação Jurisdicional: a Razoável Duração do Processo como Direito Fundamental**, de Samuel Miranda Arruda, Vitor Almeida dos Santos e Paulo Benício Melo de Sousa, trata do impacto de novas tecnologias para a prestação de serviços jurisdicionais e o seu reflexo no atendimento ao direito fundamental. No artigo, os autores sustentam que os instrumentos e ferramentas de tecnologia da informação podem tornar mais eficiente o processo de mediação, contribuindo para a solução abreviada e autocompositiva das controvérsias, desafogando o sistema de Justiça.

Esperamos que esse volume venha a contribuir com a pesquisa e o conseqüente debate a que os temas se propõem, e possa, conseqüentemente, dinamizar a correlação entre ensino e pesquisa na graduação e na pós-graduação.

Fortaleza, dezembro de 2017.

Coordenadora Editorial